



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

05/03/2018 - 3ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 4ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República. Hoje daremos seguimento ao nosso Ciclo de Debates, iniciado em 2017, denominado “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”, aprovado por esta Comissão, na forma do Requerimento nº 2, de 2018, em 1º de março deste ano.

Trata-se do nosso 1º Painel, intitulado: “O Sistema Internacional sob o Impacto Trump”. Contaremos com a presença, como convidado especial, para fazer a sua exposição, S. Exª o Embaixador Rubens Ricupero, um homem de larga experiência não somente como diplomata, mas também no meio acadêmico e no meio empresarial. Foi nosso civil em Washington em duas oportunidades, uma delas, como Embaixador do Brasil. Foi também nosso representante em Genebra, junto a Unctad, quando teve oportunidade de participar da Rodada Uruguai do então GATT.

Dito isso, passamos à leitura dos comunicados.

O primeiro deles é relacionado ao último debate realizado em 2017, dando continuidade a esse mesmo ciclo. O tema abordado foi: “Um destino natural - o Brasil e seu entorno estratégico (América do Sul, Atlântico Sul e o Continente Antártico)”. Participaram como palestrantes o Contra-Almirante André Novis Montenegro, o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot e o Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha.

Nosso entorno estratégico, afirmou o Embaixador Massot, mais do que um destino, é a nossa marca de nascimento, a nossa origem e boa parte da nossa raiz e, por isso mesmo, condicionador do nosso caminhar como nação através dos tempos passados e futuros.

Segundo ele, temos 16.147km de fronteiras terrestres, divididas com 11 países sul-americanos. A política externa do Brasil para a América do Sul necessariamente tangencia o interesse desses Estados e, na sua formulação, deve levá-los sempre em consideração.

Desde antes da nossa independência até o início do século XX, essa relação de vizinhança, lembrou o palestrante, foi conflituosa ou litigiosa.

No correr do século XX, afirmou o Embaixador, houve vontade política para um progressivo desarmamento dos espíritos entre vizinhos, e importantes iniciativas foram tomadas, principalmente no campo econômico multilateral e regional, iniciando um processo de distensão e construção dos alicerces das atuais instituições da América do Sul.

Com a criação da ALALC, em 1960, iniciou-se a tentativa de integração econômica e comercial multilaterais, que anos depois se desdobram na Aladi e, subsequentemente, no Mercosul.

Em que pese a notável importância do relacionamento com os países do nosso entorno e o muito que essa interação com todos contribui de maneira crescente para o comércio intrarregional - dadas as dimensões das respectivas economias e a facilidade do trânsito fronteiriço -, a relação essencial e prioritária, destacou o palestrante, foi e segue sendo a relação com a República Argentina.

A Declaração de Iguazu deve ser considerada como o embrião do Mercosul, afirmou o Embaixador Massot, pois a partir dela se iniciaria, em ambos os países, um processo de amadurecimento político, econômico e comercial que culminaria com a assinatura, em março de 1991, do Tratado de Assunção entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O acordo entre Mercosul e União Europeia, em negociação desde 1995 e adormecido por vários anos, lembrou o palestrante, sempre contou com interesse maior por parte do Mercosul. Diante das medidas de cunho unilateral e protecionista que vêm sendo divulgadas pela administração norte-americana, a União Europeia demonstra hoje mais interesse, disse ele, não só como um gesto político de contraponto a essa tendência protecionista do atual Presidente daquele país do norte, tão avessa ao multilateralismo e ao livre comércio, mas também em reação ao Brexit inglês.

O momento, considerou o Embaixador, pode ser oportuno para que se negociem condições bem mais favoráveis aos produtos do Mercosul, procurando ampliar a oferta europeia, nela incluindo, além de produtos industrializados, também uma cooperação de resultados nos setores de inovação, ciência e tecnologia.

Ao mesmo tempo que nos é extremamente importante, asseverou o Embaixador Massot, o regionalismo deve ser prioritário, mas não ao ponto de desequilibrar a nossa política externa, norteada, em primeiro lugar, pela defesa do interesse nacional. A relação com os vizinhos deve ser prioritária e cada vez mais densa e proativa em todos os setores. Porém, por sua dimensão populacional e econômica e por sua escala continental, o destino do nosso País é maior do que o seu entorno geográfico, e esse papel de *global player* devemos procurar consolidar, concluiu o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot.

Foi em 2005, informou o Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, o outro palestrante, a primeira vez que o conceito de entorno estratégico apareceu num documento oficial brasileiro.

A importância do entorno estratégico, afirmou o palestrante, é entender que estamos falando de um processo, que começa a se consubstanciar, do ponto de vista institucional, normativo e da prática da política externa brasileira, nos anos 70, com a aproximação com a Argentina. Esse processo ganhou corpo ao longo das últimas décadas, culminando no estabelecimento da Unasul, cuja gênese aconteceu aqui em Brasília, no ano 2000, quando pela primeira vez os Presidentes da América do Sul decidem se reunir para saber o que eles querem fazer em conjunto a favor da América do Sul.

Desse encontro de Brasília, se concluiu que era preciso promover a integração, a vertebração do ponto de vista dos transportes da América do Sul, porque, ao longo de 200 anos, estivemos praticamente de costas uns para os outros. De um lado, destacou ele, isso se deu em decorrência da questão histórica, pela maneira como esses países foram inseridos na economia política internacional e, de outro lado, por questões de geografia física, pela Cordilheira dos Andes e pela Floresta Amazônica, obstáculos de difícil transposição.

Uma visão de longo prazo de inserção internacional do Brasil passa pela consolidação da América do Sul como um polo de estabilidade, afirmou o palestrante. Há uma preocupação enorme com o processo de multipolarização que se observa no ambiente internacional, um ambiente profundamente interdependente, marcado pela dispersão de poder e pelo enfraquecimento do multilateralismo e da capacidade de governança global.

Aqui é a única região do mundo que é estável e que não vive a possibilidade de conflitos, lembrou o Dr. Ramalho. Nossos maiores problemas são de segurança pública. Mesmo nesse campo, as soluções passam necessariamente pela cooperação com nossos vizinhos. Vemos um mundo marcado por uma crescente tensão, destacou o Dr. Ramalho, nosso segundo palestrante, decorrente da transferência de poder observada nas últimas décadas, dos governos e dos governantes para os governados.

A América do Sul, destacou ele, com 6% da população, detém 28% da água potável e cinco dos dez países com maior biodiversidade do mundo. A contribuição dessa região é muito relevante, em parte por ser um polo de estabilidade e de paz para o mundo, mas também pelo significado do agronegócio, do ponto de vista da exportação de alimentos e pela importância das fontes de produtos estratégicos minerais e das fontes de energia. As pessoas vão buscar os produtos onde eles estão, e eles estão aqui, asseverou ele.

A atuação brasileira nesse seu entorno estratégico tem sido cautelosa e assertiva, considerou o Dr. Ramalho. Nos últimos 20 ou 30 anos, o Brasil soube ocupar um espaço de liderança com muito cuidado, aumentando o seu protagonismo e hoje contando com 50% do território e da população, responde por 50% do PIB e de tudo o que se importa na América do Sul.

Para garantir os interesses brasileiros nas diversas regiões, deve ser priorizada essa visão de longo prazo, que hoje faz falta no mundo. O Brasil, afirmou o palestrante, tem credibilidade e capacidade de contribuir para uma governança global, não pela imposição, mas através de cooperação e de concertação das ações políticas, assim como pela criação gradual de arcabouços institucionais, como o Tratado de Cooperação Amazônica e as Zopacas, as Zonas de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, além da Unasul, União de Nações Sul-Americanas, concluiu o Dr. Jorge Ramalho da Rocha.

A Escola de Sagres, lembrou o Contra-Almirante André Novis Montenegro, desenvolveu importantes conhecimentos náuticos e de navegação, propiciando o evento das grandes navegações, que permitiram a Portugal ter contato com vários povos, evidenciando a importância dos mares como pontes de ligação. A importância do mar, meio em que a Marinha atua, ressaltou ele, o Almirante, decorre tanto dos recursos que oferece quanto de sua função de elemento de ligação entre os povos. Noventa e sete por cento do nosso comércio exterior são feitos pelos portos, pela via marítima, que é também a principal via de comunicação global.

Existem mais de 885 mil quilômetros de cabos submarinos, responsáveis por 99% da transmissão de dados internacionais, em volume bem maior do que os próprios satélites, comparou ele. A Marinha brasileira, informou o palestrante, constituiu um sistema de tráfego marítimo chamado Sistran, ao qual já aderiram a Argentina e a África do Sul, enquanto Chile, Peru e Namíbia estão em tratativas avançadas de adesão.

Em uma iniciativa que congrega os países da América do Sul, junto com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, somos o coordenador-geral do tráfego marítimo na área do Atlântico Sul. São iniciativas, observou ele, que, ao mesmo tempo em que são voltadas para a segurança do tráfego marítimo e a segurança do comércio global, também servem para unir os países. A Marinha do Brasil faz operações combinadas com vários países, verdadeiros exemplos de convivências em que se alinham os pensamentos e são fortalecidos os laços entre as marinhas, concluiu o Contra-Almirante André Novis Montenegro.

Respondendo a questionamentos, o Dr. Jorge Ramalho da Rocha considerou que, embora tenhamos níveis de violência muito elevados na nossa sociedade, conseguimos desenvolver a capacidade de evitar ódios profundos associados à cor da pele, à origem religiosa e à origem territorial das pessoas. A tradição brasileira, disse ele, nunca foi a de erguer barreiras; sempre foi a de construir pontes.

Hoje, observou o Dr. Ramalho, o grande temor de quem realmente entende o que está acontecendo na economia internacional é a rapidez com que a inteligência artificial e a robotização estão se estendendo para uma série de setores econômicos. A ameaça não vem de fora; a ameaça vem dessa modernização tecnológica e do que parece ser, pela primeira vez, um descolamento entre a capacidade de destruição de empregos gerada pela modernização tecnológica de um lado e a capacidade de criação de empregos em outros setores.

Com a revolução industrial e esse arcabouço criado a partir da Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma criação de riquezas monumental, acompanhada de uma concentração de renda não só dentro dos países mas também entre os países. Esse, disse o Dr. Ramalho, é o desafio a que os sistemas políticos não estão sabendo responder. O Brasil tem se afirmado como um país responsável na construção de uma ordem global melhor, e uma das estratégias, afirmou ele, é o fortalecimento da América do Sul, com a sua identidade política, uma identidade que implica funcionar como um polo de estabilidade e de provisão de paz ao mundo.

Na opinião do Embaixador Massot, o fechamento da economia promove a obsolescência de nossa indústria e de nosso parque industrial. A abertura é necessária, disse ele, pois gera competição, e a competição gera o aperfeiçoamento. Contudo, não pode ser uma abertura total, pois isso gera uma competição desenfreada, mas uma abertura progressiva e dinâmica, que foi o que fez a China. A abertura traz a inovação e a tecnologia, que são os elementos fundamentais nos dias que correm. Assim, não podemos ter um desenvolvimento econômico sustentável sem esses elementos, que se desenvolvem a uma velocidade extraordinária, finalizou o Embaixador Massot.

Peço à Secretaria da Comissão para dar como lida a íntegra do relato que acabei de fazer, da nossa última audiência pública, realizada em fins do ano de 2017.

Um segundo comunicado, sobre a Itália. Após a divulgação dos resultados das eleições parlamentares realizadas ontem, na Itália, a manchete do jornal *La Stampa*, de centro-esquerda, resumiu em uma frase o jargão pelo qual a política daquele país se caracterizou durante anos. "*Vince Di Maio, Italia ingovernabile*." O portal se referia ao líder Luigi Di Maio, do movimento 5 Stelle, cinco estrelas, partido que saiu das urnas como o mais votado, obtendo mais de um terço dos votos, porém sem condições de chegar ao governo, de fazer coligação, porque ele próprio não aceita. O terceiro colocado foi a Lega (ex- Liga Norte, da extrema direita), que obteve 17,5% dos votos, um partido também eurocético e populista, e sem nenhuma experiência anterior no poder. Essa foi uma eleição, segundo o analista da BBC, James Reynolds, em que *outsiders* entraram no *mainstream* da política italiana.

Os líderes desses dois partidos *anti-establishment* já declararam que têm o direito de governar a Itália, mas como nenhum partido e nem coligações de partidos conseguiram obter a maioria necessária, a formação de um governo poderá levar semanas de negociações para a construção de uma aliança.

Luigi Di Maio, de 31 anos, anunciou que seu partido está aberto para negociar uma coligação com outros partidos - isso apesar de sua agremiação ter sempre declarado ser contrária a alianças.

Já o líder da Lega, Matteo Salvini, de 44 anos, declarou que pretende conversar com outros partidos em busca da maioria parlamentar.

O ex-Primeiro Ministro Matteo Renzi renunciou à liderança do Partido Democrático, que obteve menos de 20% dos votos, e se encontra atualmente na chefia de governo. Ele afirmou que seu partido não participará de uma coligação com forças antissistema e vai para a oposição.

A aliança entre a Lega e o partido Forza Itália, do ex-Primeiro Ministro Berlusconi, e o Fratelli d'Italia, fascista, deverá ficar com o maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados, mas bem distante da maioria necessária. Nessa aliança, a Lega ultrapassou o Forza Itália em número de votos.

A editora de Europa da BBC, Katia Adler, disse que a vitória dos populistas representa um terremoto que será sentido em Bruxelas e na União Europeia, e uma coligação entre o movimento 5 Stelle e a Lega seria um pesadelo para o bloco europeu. Todavia, Salvini disse a jornalistas que seu partido não fará nenhuma coligação com o 5 Stelle. E o 5 Stelle, de sua parte, diz que não fará coligação com nenhum partido.

Os resultados para o Senado também favoreceram os populistas e os partidos de direita. O movimento 5 Stelle deverá conquistar o maior número de cadeiras, mas também não conseguirá a maioria, conforme já havíamos dito.

Como bem resumiu a revista *The Economist*, em artigo intitulado "Povera Italia": mais que uma eleição, esse pleito foi uma pesquisa de opinião.

Por sua vez, na Alemanha, a Chanceler Angela Merkel, após quase seis meses de longas negociações, logrou formar seu quarto governo, repetindo a "grande coligação" de seu partido, o democrata-cristão, com os social-democratas do SPD - a mesma do governo anterior. O programa de governo foi aprovado ontem, por dois terços dos membros do SPD. Os da democracia-cristã já haviam aprovado a coligação na semana passada.

Merkel disse ser importante que o novo governo comece a trabalhar rapidamente, após o período de formação de coligação mais longo da história da Alemanha pós-Segunda Guerra. Ela declarou que trabalhará para garantir empregos e prosperidade na Alemanha, e prometeu ser uma voz forte para seu país dentro da União Europeia.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos os Embaixadores e representantes de diversas representações diplomáticas do nosso País na nossa reunião do dia de hoje, gostaria de, mais uma vez, dizer que é com muita satisfação e com muita alegria que hoje recebemos S. Ex^a o Embaixador Rubens Ricupero, um nome por todos conhecido, pela sua alta competência, capacidade de análise, história, conhecimento, que agora acaba de lançar um livro que eu recomendo fortemente a todos aqueles que se interessam por diplomacia, que é um livro alentado sobre a diplomacia e a construção da democracia no Brasil com base na nossa diplomacia. É um livro de muita importância, que vem batendo recorde de vendas em todas as livrarias do Brasil.

Portanto, com muito prazer, eu convido S. Ex^a o Embaixador Rubens Ricupero para fazer parte da Mesa juntamente com S. Ex^a a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan.

Sejam muito bem-vindos! (*Palmas.*)

O livro a que me referi é este: *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750 - 2016*, do Embaixador Rubens Ricupero, que vem batendo recorde de vendas nas livrarias brasileiras.

Realmente, Embaixador, não tínhamos ainda oportunidade de comentar, mas V. Ex^a está de parabéns pelo trabalho magnífico que conseguiu construir e resumir neste seu livro. Meus parabéns!

Muito obrigado à Presidente da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que sempre nos prestigia com a sua presença, ela que é uma das maiores entusiastas da política de relações exteriores que o Brasil empreende.

Muito obrigado também a todos os nossos ouvintes, internautas, aos que assistem, àqueles que ouvem pela rádio, assistem pela TV, acompanham pela internet. A participação de todos é muito importante para o êxito dos nossos debates. Sempre contamos, ao longo dessas audiências públicas, com a participação importantíssima dos nossos internautas, fazendo considerações, emitindo opiniões e também perguntas aos nossos palestrantes. Todos já sabem do nosso endereço: www12.senado.leg.br/ecidadanania ou pelos canais naturais, via TV Senado e via Rádio Senado.

É com muito prazer, portanto, que passo a palavra a V. Ex^a, Sr. Embaixador Rubens Ricupero, para que possa fazer a exposição da nossa audiência de hoje, que trata da ordem internacional diante do primeiro ano do Governo Trump. V. Ex^a dispõe do tempo que se fizer necessário para expor todas as suas opiniões e considerações.

Muito obrigado pela sua presença, Sr. Embaixador.

O SR. RUBENS RICUPERO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmo Sr. Senador Fernando Collor de Mello, do qual tive a honra de ser Embaixador em Washington justamente em 1991, logo depois que o Marcílio Marques Moreira veio para ser Ministro da Fazenda no seu Governo.

Saúdo também os Exmos Srs. Senadores, Deputados, Congressistas, membros do corpo diplomático, entre os quais me permito aqui fazer uma especial referência ao meu querido amigo Carlos Magariños, amigo de muitos e muitos anos. Também me honra muito a presença da Exma Sr^a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Eu não trouxe um texto escrito até mesmo para preservar melhor o caráter informal dessa conversa. Mas é claro que eu pensei muito no que eu gostaria de transmitir. E o título que eu pretendo dar a essa apresentação é justamente o seguinte: maus augúrios para 2018 - a deterioração da conjuntura internacional nos dois primeiros meses deste ano.

Isso é, em resumo, o que eu desejaria transmitir. Isto é, eu vou procurar mostrar como, em pouco tempo, em dois meses, que são os dois primeiros meses deste ano, pelo menos três decisões de extrema gravidade, que foram tomadas em três países que são os centros do poder mundial, indicam uma acentuação da deterioração do clima internacional.

A primeira é a decisão recente das autoridades chinesas de abolirem qualquer limite à recondução do Presidente e do Vice-Presidente. A segunda decisão é a do discurso recente do Presidente Vladimir Putin, na Rússia, que no seu discurso do Estado, da Presidência do Estado da Federação Russa, manifestou a escolha que fez de voltar aos tempos da guerra fria, dedicando bom espaço do discurso à apresentação de armas chamadas "invencíveis", explicitamente apresentadas como ameaça aos Estados Unidos e ao Ocidente. A terceira é, obviamente, a decisão recente do Presidente Trump, depois de longos meses de ameaças e de preparação, de finalmente indicar que ele está disposto, e até desejoso, de iniciar guerras comerciais que ele considera fáceis de vencer. Entre as medidas já incluídas nesse conjunto de atitudes, ele resolveu utilizar um dispositivo, raramente usado, de segurança nacional para aplicar taxas de 25% contra o aço e de 10% contra a importação de alumínio, atingindo inúmeros países, sobretudo o Brasil, que é o segundo maior fornecedor de aço aos Estados Unidos.

O que essas três decisões, embora independentes umas das outras e sem nenhum parentesco entre si, têm em comum é que todas assinalam uma acentuação da deriva do sistema internacional, afastando-se cada vez mais de um sistema baseado em regras, de um sistema de respeito a compromissos assumidos em organismos internacionais de busca de soluções consensuais em direção a um sistema em que cada vez pesa mais o poder, a afirmação unilateral do poder.

É claro que alguns até hão de se surpreender que eu tenha incluído nessa categoria uma medida essencialmente interna, como é a medida chinesa a respeito da eleição do Presidente. Mas eu vou explicar por que essa medida tem um potencial grave internacional, mais além das questões puramente domésticas chinesas.

Obviamente, essa decisão põe fim a um período que vinha praticamente da época de Deng Xiaoping, em que a sucessão na China se havia institucionalizado. Os Presidentes e Primeiros-Ministros se sucediam depois de um prazo já previamente estabelecido; ninguém poderia ficar mais do que dois mandatos. Já havia regras claras para se ver quem seria o sucessor.

Havia não propriamente uma democratização do poder, mas uma institucionalização do poder. Havia-se deixado para trás aquele período, por exemplo, da União Soviética da época do stalinismo, em que a morte do líder supremo desencadeava um banho de sangue, porque não se sabia como seria feita a sucessão. Foi o caso exatamente que ocorreu depois da morte de Stalin, em 1953.

Aparentemente, havia-se adotado um sistema que pelo menos era previsível. Era um sistema que refletia uma direção colegiada, uma direção coletiva, uma busca de consenso, pelo menos, na direção do Partido Comunista da China - que, os senhores sabem, tem 89 milhões de membros. Portanto, é um partido em que só mesmo nas suas instâncias supremas havia aqueles que tomavam decisões.

Ora, até aí se pode dizer: "Mas o que isso tem a ver com o mundo?" A China já não é o primeiro país, nem o primeiro grande país que escolhe um caminho mais centralizado do poder, porque o sentido dessa decisão é que a partir de agora o Presidente Xi Jinping passa a ser, ao mesmo tempo, o Presidente da China, o Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês e o Presidente da Comissão Militar. Portanto, ele enfeixa nas mãos todos os poderes, o poder político institucional; o poder real, que é o do Partido Comunista, e o poder sobre os militares. Ele passa a ser um homem de um poder irrestrito.

Ainda assim, se poderia dizer: mas isso é um problema chinês. Os chineses falam sempre num socialismo com características chinesas. Em que isso afeta o mundo? É que esse episódio não é um episódio isolado, ele vem no bojo de uma evolução que começou, de uns tempos para cá, sobretudo, com a ascensão do Presidente Xi, e que, além de marcar

um aumento enorme do poder do Presidente, marca também um instante de afirmação e projeção do poder da China. É um grande momento do nacionalismo chinês.

O 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado entre os dias 18 e 24 de outubro de 2017, marca exatamente o momento a partir do qual a China já considera mais ou menos encerrado aquele período de preparação e já se apresta a ter uma posição cada vez mais forte no mundo. Tanto assim que coincide com a posição chinesa, por exemplo, de construir ilhas artificiais, no mar do sul da China, em cima de rochedos de ilhas, inclusive disputadas com vários dos países próximos; coincide também com a disposição chinesa, pela primeira vez na história da República Popular da China, de criar bases militares e navais no exterior. A China acaba de inaugurar uma base militar no corno da África, na parte estratégica da África, que está no ponto de união entre Europa, África, Ásia e Oriente Médio. Foi lá que a China escolheu para construir sua primeira base.

E, ao mesmo tempo, é a culminação de uma evolução que vem representando também um aumento da repressão interna, um aumento dos controles da livre circulação de informações na internet. Portanto, mesmo assim, se poderia dizer que, em si mesmo, isso não representa nenhuma ameaça ao mundo, é um problema dos chineses se eles querem ser governados dessa maneira.

A questão, porém, é que essa evolução ocorre justamente no país que tudo indica que se tornará muito em breve a maior economia do mundo e, ao mesmo tempo, com o aumento do seu poder militar, já que ela está multiplicando os gastos em armamentos, não vai demorar muito para que ela não se torne a primeira potência militar, dificilmente isso ocorrerá dada a dianteira dos Estados Unidos, mas ela, pelo menos, atingiria uma certa paridade estratégica.

Então, uma evolução como essa, num país dessa importância para o sistema mundial, evidentemente não pode nos deixar indiferentes. Por quê? Por que nós todos esperávamos, com graus maiores ou menores de esperança, que à medida em que a China se modernizasse, à medida em que ela se tornasse próspera, que sua economia crescesse, ela iria seguir, mais ou menos, o caminho seguido em seu momento pelo Japão, seguido em seu momento pela Coreia do Sul, ela se tornaria mais liberal, pouco a pouco convergiria, sem deixar de lado suas tradições culturais milenares, riquíssimas, que ela, pelo menos, se aproximasse um pouco daquele patrimônio de valores, de ideais, que são os valores da democracia.

Ora, a decisão recente é um balde água gelada nessa expectativa. Vê-se claramente que não é o que vai acontecer, pelo menos, no futuro previsível.

É verdade que a gente deveria ter pensado que nem sempre a prosperidade e a modernização trazem a democratização. Singapura, por exemplo, que é um país admirável, que tem um nível de prosperidade e riqueza enorme, é um país que até hoje conserva certas características de controle. E não é por acaso que Singapura também é um país de cultura predominantemente chinesa.

Então, realmente estamos vendo que aquela expectativa que sobretudo os americanos alimentaram de que a China se tornaria cada vez mais parecida aos países ocidentais em matéria de instituições e de valores, hoje em dia, vamos ser obrigados, pelo menos provisoriamente, a colocar isso entre parênteses.

E o que também inquieta nessa transformação não é só o movimento que está a ocorrer na China, mas também nos Estados Unidos, porque, nos Estados Unidos, de uns tempos para cá, muitos que foram proponentes da aproximação, do engajamento com a China, baseados talvez nessa ilusão de que esse engajamento levaria à democratização do regime chinês, agora estão mudando, muitas vezes para o lado oposto. Por exemplo, em março de 2015, o Council on Foreign Relations, que é a grande instituição de estudo americana, publicou um *special report*, de dois autores, com o título: "Revisando a grande estratégia dos Estados Unidos em relação à China". E o que esse relatório justamente diz, antes até de tudo que aconteceu agora, é de a China não estava evoluindo naquele sentido que se havia esperado e que, portanto, era preciso que a estratégia americana em relação à China repousasse menos em apoio e cooperação e mais em pressão e competição, portanto, buscando já um confronto - confronto no bom sentido, né? Vocês se lembram que a coexistência pacífica, na época de Nikita Krushev, era uma coexistência que ele mesmo definia como competição pacífica. Segundo ele, os socialistas iriam enterrar os capitalistas não porque os eliminariam com armas, mas ganhariam deles na concorrência econômica, que é o programa que os chineses estão realizando. Os soviéticos falharam nisso, mas os chineses, pelo menos aparentemente, estão a caminho de ter uma esperança de enterrar os capitalistas com as suas próprias regras: ganhar na competição com as próprias normas criadas no GATT, na OMC e nos termos financeiros, e ganhar em uma competição aberta. Pelo menos até agora, eles estão ganhando. Se vão ganhar até o fim, é difícil de dizer.

Ora, essa relação que estar-se tornando cada vez mais conflitiva, a relação da China e dos Estados Unidos, como todo mundo diz e como já virou até um clichê, é a relação que vai definir o século XXI - não é isso? - porque não há outra relação bilateral no mundo dessa importância. Portanto, se o conteúdo dessa relação, em vez de ser de apoio e de cooperação,

passar a ser cada vez mais de pressão e de competição, isso significa que o mundo do século XXI vai ter essa característica; ele vai passar mais, cada vez mais, para esse lado. É por isso que a decisão interna causa preocupação.

Eu vou, por enquanto, parar um pouco com a China e vou passar à Rússia.

O discurso da Rússia também, o discurso de Putin do outro dia em si mesmo se poderia até atribuir a uma jactância, a uma bravata. Alguns duvidam que, de fato, os russos já possuam esses mísseis de cruzeiro que eles podem direcionar, evitando os obstáculos e impulsionados por energia nuclear, tudo coisas inéditas que nenhum outro país possui. Há dúvidas se isso, de fato, ocorre, como há dúvidas se eles, de fato, têm minissubmarinos não tripulados que podem levar cargas atômicas. Enfim, uma série de coisas que ele anunciou. Podia-se dizer que isso é uma bravata, se isso fosse apenas um episódio da campanha eleitoral - em que ele vai se reeleger agora. Se bem que ele tem 80% de aprovação, não parece que ele precise fazer muita bravata para ser reeleito, mas também esse discurso se insere em uma sucessão de episódios que vêm de algum tempo.

Vêm, primeiro, da expansão da Otan: contra a promessa que tinha sido feita a Gorbachev, a Otan foi expandida até as fronteiras da Rússia, incorporando os países bálticos, incorporando países que foram parte do império russo no passado. Com isso, evidentemente... Não precisava muito para aumentar a paranoia russa.

Sempre se disse que os russos sofrem da paranoia da segurança porque é um país gigantesco: tem mais de 11 fusos horários, nenhuma fronteira natural, nenhuma proteção de cordilheiras, de mares, de nada. Os russos, por isso mesmo, sempre se sentiram muito ameaçados. Como dizia o nosso Millôr, o fato de que eu sou paranoico não quer dizer que eu não esteja sendo perseguido, e, no caso, de fato, a expansão da Otan pode dar a impressão de ameaça à Rússia nos seus limites, sobretudo porque o Ocidente não foi moderado.

O Ocidente, em certo momento, não se limitou aos países bálticos, mas quis incorporar, ou namorou a ideia de incorporar, a Geórgia e a Ucrânia, países que faziam parte do Império Russo já havia vários séculos. E, evidentemente, acabou-se fazendo daquele episódio famoso da Ucrânia, das eleições... Hoje em dia se diz que os russos interferem muito nas eleições americanas, mas, naquelas eleições ucranianas, na Revolução Orange, ou laranja, não se pode dizer que o Ocidente não tenha interferido nas eleições, houve muita manipulação também.

Pois bem, naqueles momentos, o que os ocidentais fizeram foi contrariar um ditado que o finado Presidente Jânio Quadros repetia - eu estava aqui na época em que ele era Presidente, fui até a primeira pessoa a chegar ao Congresso Nacional com a notícia da renúncia dele; eu cheguei meia hora antes do Oscar Pedroso Horta, eu estava aqui quando chegou o Oscar. Mas o Jânio, que era mato-grossense, gostava de repetir um provérbio do Pantanal, onde, vocês sabem, se caça onça com lança. Ele dizia assim: "Não se deve chuchar onça com vara curta". Pois os ocidentais chuaram o urso com vara curtíssima, porque, quando o urso resolveu tomar a Crimeia e, depois, incentivar a revolta na Ucrânia, viu-se que, do lado ocidental, não havia nada, não havia ninguém para reagir. Os ocidentais tiveram muita responsabilidade nisso, mas, enfim, os russos também violaram todas as regras, porque, por mais que eles pudessem dizer que era deles, incorporaram um território contra todas as regras, contra todo o Direito Internacional.

Além disso, a coisa veio se deteriorando, porque aí foram aplicadas sanções pela Europa e pelos Estados Unidos contra a Rússia. Os russos reagiram e, no final, montaram essa operação que está sendo investigada. Ninguém sabe exatamente o que se vai descobrir, até que ponto eles influíram na eleição, mas o fato é que hoje a relação com a Rússia volta a ter cores de neoguerra fria, porque um discurso como aquele do outro dia sobre armamento, sobre ameaça, nem mesmo na época do Kruschchev ou de seus sucessores era comum ouvir. Portanto, é mais uma notícia, mais uma indicação negativa.

Finalmente, nós chegamos ao Presidente Trump. Até agora se dizia, com razão, que, em matéria de comércio, tinha sido mais latido do que mordida, que ele tinha latido muito, mas não tinha mordido muito. Ele havia, evidentemente, abandonado o Tratado do Pacífico, o TPA, logo no início, mas o TPA nem tinha sido aprovado pelo Congresso americano. Ameaçou abandonar o Nafta, mas até agora não o abandonou, as negociações prosseguem. No ano passado, no final do ano, ele começou a aplicar as primeiras medidas comerciais concretas, sobretudo aquelas tarifas sobre painéis solares e máquinas de lavar envolvendo a China, a Coreia do Sul, o Canadá e outros países - tarifas sobre a madeira no Canadá também é um assunto antigo. E agora se vê esse problema do aço e do alumínio. Nós estamos vendo que isso pode crescer, porque não se sabe exatamente como vão ser essas medidas. Se houver uma reação, por exemplo, de países recorrendo à Organização Mundial de Comércio e houver um painel que condene os Estados Unidos, provavelmente isso vai levar a um enfrentamento muito sério, porque o Presidente Trump nunca escondeu que não tem muito respeito nem muito apreço pela OMC ou pelas regras comerciais. Aí, sim, é que nós teríamos um desafio aberto, frontal, a uma das grandes organizações que têm presidido o mundo nesse pós-guerra.

Eu, portanto, procurei mostrar que houve três decisões nesses últimos dias, nessas últimas semanas - não são decisões antigas, todas elas são desses dois meses antes do dia 1º de março. E o que elas indicam? Indicam que o sistema

internacional como um todo está caminhando numa direção inquietante. Ele está caminhando cada vez mais para um terreno de afirmação unilateral do poder.

É claro que o sistema internacional nunca foi um sistema perfeito, ideal, como se imaginaria pela Carta das Nações Unidas. Em todos os momentos, o sistema internacional, que tem nos governado desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tem se caracterizado por uma mistura, por uma mescla de alguns elementos baseados no Direito, em normas, em regras, regras livremente negociadas e aceitas, na busca de grandes acordos que formam os regimes internacionais - direitos humanos, meio ambiente, desarmamento, ajuda ao desenvolvimento. Então, essa é a parte luminosa do sistema internacional.

Mas, coincidindo, coexistindo com isso, sempre houve momentos de poder. Por exemplo, a Guerra da Indochina nunca foi submetida à arbitragem das Nações Unidas. Foi uma guerra que, do começo ao fim, ocorreu fora das Nações Unidas. Portanto, mistura de poder com sistema baseado em leis sempre existiu, mas havia um certo equilíbrio, havia um certo equilíbrio com uma preponderância gradual da busca de novas normas através da negociação.

O que é inquietante hoje é que esse equilíbrio está a se romper em favor de um sistema menos preocupado com o internacionalismo, com a busca multilateral de normas que nos governem a todos, porque nós participamos da negociação e da aceitação dessas normas e, cada vez mais, para a afirmação do poder nu e cru daqueles que possuem poder. O sentido último da expressão *America First* é exatamente esse. É a ideia, como se dizia no passado, de que "certo ou errado, sempre o meu país" - *right or wrong, my country*. Quer dizer, o meu país na frente de tudo ainda que esteja errado, ainda que ele esteja contra a lei. E é isso que nós estamos a assistir.

Ora, isso deve nos preocupar, porque nós vivemos há 73 anos sob o império de um regime internacional, de um sistema internacional, criado em grande medida pela liderança esclarecida, iluminada, de Franklin D. Roosevelt no final da guerra. É claro, com muita contribuição dos ingleses, com uma aceitação relutante da parte dos soviéticos, mas basicamente quem criou o mundo em 44 e 45, o Fundo Monetário, o Banco Mundial, mais tarde o acordo do GAT, em 47, e a Carta das Nações Unidas em São Francisco foram os Estados Unidos. O sistema internacional de cunho liberal baseado na aspiração pela democracia, na Declaração dos Direitos Humanos, baseado numa economia livre, numa economia de mercado, tudo isso é obra, em grande parte, dos Estados Unidos. Se não tivesse sido a liderança esclarecida e ativa dos Estados Unidos, isso não teria ocorrido. E isso nos garantiu 73 anos de paz relativa. Houve a guerra do Vietnã, houve as guerras de libertação, mas nunca mais houve uma guerra global. Entre a Primeira e a Segunda Guerra, nós tivemos, a rigor, uma trégua armada: durou apenas vinte anos, se tanto; se considerarmos a anexação da Áustria, o *Anschluss*, se considerarmos a invasão da Checoslováquia, durou até menos do que 20 anos.

Desta vez, há 73 anos, temos um regime sem uma guerra global. Nunca mais se utilizou arma nuclear contra populações civis, como se havia feito em 45 em Hiroshima e em Nagasaki. E isso não é pouca coisa. O sistema internacional, encarnado nas Nações Unidas, no Fundo Monetário, no Banco Mundial e na OMC, tem defeitos graves, porque ele só é aquilo que os países querem que ele seja, mas, apesar disso, ele mostrou uma flexibilidade extraordinária.

No começo de 1970 ou 1971, quando a China Popular reclamou o seu lugar na ONU e os americanos aceitaram... Naquele momento da aproximação, durante a guerra do Vietnã, aceitou-se que a China Popular não só ingressasse na ONU, mas assumisse o posto de membro permanente do Conselho de Segurança. A China acabava de sair da revolução cultural e temia-se que esse ingresso da China fosse representar uma desestabilização do sistema. Nada disso ocorreu. A China está há quase 50 anos no Conselho de Segurança, e com um comportamento muito responsável. Tirando o Tibete e Taiwan, que é quando pisam no calo da China, a China tem tido um comportamento muito correto, apenas também não se voluntaria muito para curar os males do mundo, ela deixa isso aos cuidados dos americanos e de outros. Mas o sistema foi capaz de acomodar a ascensão da China.

Da mesma forma, esse sistema foi capaz de acomodar o colapso da União Soviética, que, num outro sistema internacional, teria dado origem a guerras sanguinolentas, durante anos e anos, porque, no lugar daquele país, passaram a existir 15 países. No entanto, não houve quase violência. A União Soviética cedeu o seu posto à Federação da Rússia. Ela não tem mais 21 milhões de quilômetros quadrados, mas tem 17 milhões de quilômetros quadrados, a Federação Russa.

Poderia ter sido diferente. Por exemplo: se o sistema não tivesse tido a sabedoria de manter a Rússia na mesma posição em que ela estava, apesar de ela ter perdido aquele *status* de superpotência, as coisas teriam sido complicadas. Digamos que tivessem dito: "Agora, vocês saem do Conselho de Segurança". Eles não teriam aceitado.

Então, esse sistema mostrou flexibilidade; mostrou que ele era maleável; mostrou que ele era capaz de acomodar as grandes mudanças internacionais. Mas por quê? Porque se buscou o consenso, buscaram-se soluções através da moderação, através das normas, através da aplicação da Carta das Nações Unidas.

De uns tempos para cá, isso se vem perdendo. Vem se perdendo porque - vejam vocês - a invasão do Iraque, contra a recusa do Conselho de Segurança, é uma violação clara da Carta das Nações Unidas. Eu sempre disse isso quando era Subsecretário Geral das Nações Unidas, junto com o Carlos, quando eu era Secretário-Geral da Unctad. Recusei-me a assinar papéis em que se aprovava essa resolução, porque, além de ser uma medida ilegal e criminosa, ela foi um dos maiores erros estratégicos da história, porque os americanos estão agora a proclamar que o grande problema do Oriente Médio é a potência iraniana. Mas quem criou a potência iraniana? Quem eliminou o contrapeso, que era o Saddam Hussein no Iraque, à potência iraniana? Não foram os americanos, ao decretarem essa intervenção? Portanto, foi uma intervenção que, além de ilegal, foi estúpida, porque criou uma situação estratégica muito mais grave. Um país como o Iraque tinha todos os defeitos do mundo, menos o terrorismo. Agora existe terrorismo por toda parte. Quem é que semeou o terrorismo no Iraque? De onde vem o ISIS?

Então, é preciso dizer isso, e com contundência, porque os anglo-saxões têm a mania de achar que são os donos da verdade e que tudo o que fizeram sempre foi em favor do benefício da humanidade. E não é verdade, porque eles têm cometido erros colossais, como esse da invasão do Iraque. Então, isso, sem dúvida, abalou a Carta, como a anexação da Crimeia também abalou. É um fato grave, assim como outros movimentos que temos visto.

O que parece particularmente preocupante neste momento é que isso que está acontecendo, essas coisas graves a que estamos assistindo, ocorre num momento em que a economia mundial vai muito bem. Praticamente todos os países do mundo acabaram por sair da crise de 2008, todos estão crescendo. É claro que ainda há muitas sequelas, o desemprego ainda é grande, os salários não foram recuperados, mas as economias estão crescendo. Então, não se pode dizer que isso seja fruto do problema econômico, que seja uma maneira de se afastar, de canalizar o descontentamento.

Também, curiosamente, isso está a ocorrer num momento em que outros problemas sérios de segurança pareciam melhorar. Por exemplo, até no problema da Coreia do Norte, que até recentemente parecia a ameaça mais imediata, depois das Olimpíadas de Inverno, houve uma certa distensão. O governo da Coreia do Norte declarou que estava disposto a negociar. Trump, depois de uma certa reticência, respondeu que também estava, dependendo das condições. Então, era o primeiro sinal de que se estava procurando encontrar uma saída negociada. Da mesma forma, o ISIS, que parecia uma ameaça tão terrível, não acabou, mas perdeu a sua base de Mosul, perdeu a maior parte das suas bases na Síria e está, portanto, em retirada.

Não é curioso, portanto, que, num momento em que a economia melhora, em que alguns desses problemas localizados melhoram, tenhamos essas decisões que são, essas sim, puramente produzidas pelas grandes potências? A decisão chinesa, a decisão russa e a decisão americana são, digamos, produtos genuinamente nacionais, não são importados, são produtos de decisões de cada um desses três países.

Isso, evidentemente, leva-nos a especular sobre o que pode acontecer. Eu quero dizer... Não quero ser aqui um profeta de desgraças, porque, como há um momento atrás eu disse, o sistema internacional nunca foi quimicamente puro. No sistema internacional sempre coexistiram o acatamento à regra, a obediência ao direito e a busca de consenso com episódios de poder, de violação unilaterais. Isso sempre houve e sempre haverá enquanto não aprimorarmos o sistema. Então, o fato de que isso está a ocorrer não quer dizer que o sistema que vem do fim da guerra naufragou. Não se trata disso. Apenas quero alertar - e não sou o único - que nós estamos assistindo a uma conjuntura - conjuntura é curto prazo - que ameaça a estrutura. E qual é a estrutura? A estrutura é o sistema internacional baseado em regras, baseado em leis, baseado em consenso, na busca democrática de acordos. Há uma ameaça, não quer dizer que tenha terminado com o sistema.

Isso não é só opinião minha. Assim também pensa um dos maiores teóricos americanos de relações internacionais, o Prof. John Ikenberry, de Princeton, que acabou de escrever um artigo que saiu no *Internacional Affairs*, de Oxford, número de janeiro e fevereiro, sobre a crise do que ele chama "a ordem mundial liberal". Quem entrar na internet com o nome do John Ikenberry pode dar um *load*, porque esse artigo está disponível.

Ao mesmo tempo, um homem que representa o oposto do John Ikenberry, o Prof. Kissinger, do alto dos seus 94 anos, agora mesmo, no dia 25 de janeiro deste ano, fez um depoimento na Comissão do Senado das Forças Armadas (Armed Services Committee) - vocês podem encontrar esse depoimento dele -, diz a mesma coisa. Aliás, algumas das coisas que eu disse aqui eu retirei do texto dele. Ele diz que nós estamos assistindo a uma falência sistêmica do regime multilateral, do regime negociado que havia segurado a paz, e ele dá uma série de prescrições sobre o que se deveria fazer.

Essa percepção de que nós estamos assistindo a uma crise profunda do sistema é muito disseminada hoje em todo o mundo. E, aí, a pergunta que se faz é: o que nós podemos fazer contra isso? Países como os nossos - eu estou falando como brasileiro -, eu digo o Brasil e outros países na sua situação, Argentina, México, África do Sul, Índia, países que não são superpotências e que têm um engajamento multilateral muito grande, para esses países, o primeiro dever é lutar

para contrabalançar essa tendência de deriva longe do multinacionalismo, do multilateralismo, e lutar pela defesa das instituições internacionais: lutar pela OMC, lutar pelas negociações da OMC, lutar pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, lutar por todos aqueles organismos que fazem parte dos regimes de direitos humanos, de meio ambiente, lutar pelo Acordo de Paris sobre mudança climática. E temos que fazer isso no momento não de uma maneira passiva. Nós estamos assistindo a um desafio dos poderosos, então nós temos que tomar iniciativas do nosso lado, junto com alguns países mais poderosos do que nós. E eu diria que a grande esperança é ainda a União Europeia.

A União Europeia, a meu juízo, foi o fenômeno histórico mais positivo do século XX. Aquele ideal de substituir as rivalidades nacionais por uma grande unidade foi um dos acontecimentos de conteúdo mais nobre e idealista do século XX. Hoje esse ideal se defronta com dificuldades complicadas, mas ainda assim nós temos um núcleo na União Europeia - Alemanha, França e outros países - fiel a isso. A Itália eu não diria, porque embora a Itália tenha sido no passado sempre um grande país fiel à unidade, ao ideal da unidade europeia, desde a época de Alcide De Gasperi, e mesmo a Itália tendo sido um dos fundadores da União Europeia, infelizmente, a reação ao fenômeno da imigração, dos refugiados está provocando na Itália um fechamento em si mesma. E, mesmo na União Europeia, nós assistimos a episódios preocupantes: a deriva autoritária na Hungria, a deriva na Polônia, países que também estão se afastando um pouco daquele ideal. Mas ainda, apesar de tudo, a melhor esperança da humanidade se chama União Europeia.

A União Europeia é um conjunto de países que propugna pela obediência a um sistema baseado em leis, é um conjunto de países que ainda valoriza a social-democracia e o crescimento econômico, mas temperado por uma consciência social, com mecanismos de assistência aos vulneráveis, aos desprotegidos. Então, nós precisamos nos aproximar da União Europeia como um parceiro na defesa não de uma abstração, como seria o sistema, mas na defesa de coisas concretas, como, por exemplo, o Acordo Climático de Paris, as negociações da OMC sobre agricultura - aí nós reconhecemos que os europeus estão longe de serem exemplares, mas, se eles quiserem ser coerentes com o que professam, nós esperamos que pelo menos o nosso acordo no Mercosul saia, porque começa a haver sinais inquietantes; agora, esperemos que ele saia, apesar de tudo. Nós temos que buscar aproximação com o Japão, que também é um país que luta muito pelas regras comerciais, financeiras, de desenvolvimento, de cooperação.

Eu não quero aqui excluir ninguém, mas apenas dizer que nós deveríamos, agora sim, voltar àquele conceito sobre o qual o Presidente Bush pai, no tempo em que fui Embaixador lá, falava muito: as coalizões de geometria variáveis englobando os países que são fieis a certos valores. Por exemplo: coalizão sobre clima, coalizão sobre negociação no caso da agricultura, coalizão em relação à defesa do sistema de solução de controvérsias da OMC - que está sendo ameaçado agora pela decisão americana de vetar a reeleição de um juiz coreano do sul, o que está paralisando todo o processo de renovação do tribunal. Então, o nosso caminho é esse, porque, para países como os nossos - isto é, países que não são potências nucleares, países que não têm nenhuma vocação, nenhuma atração pelo discurso do Wladimir Putin, de novas armas destrutivas -, a arma a ser usada é o direito, a diplomacia, a negociação, o consenso multilateral. Sem isso, nós não temos defesa.

Nós temos muito a perder, e já estamos perdendo, com essa história do aço. Aliás, eu estava dizendo ao Senador Fernando Collor que o Brasil, infelizmente, é freguês, como se diz em linguagem futebolística, das punições americanas sobre o aço. Eu, nas vezes em que servi nos Estados Unidos - servi duas vezes -, os americanos estavam nos aplicando sobretarifas ou por direitos compensatórios ou por *antidumping* no caso do aço. Isso nos anos 70, quando eu servi lá, na época do Presidente Nixon, e, depois, nos anos 90, quando fui Embaixador lá. Nós éramos vítimas junto com o Japão e com a Coreia do Sul, que eram nossos companheiros de infortúnio. Sempre nos aplicavam medidas *antidumping* ou de *countervailing duties*. E agora nós estamos vendo que isso vai se renovar.

Eu queria concluir esta exposição dizendo que não sou, de forma nenhuma, pessimista. Eu não creio que o sistema mundial caminha para o Armagedom, para uma grande guerra que, hoje em dia, seria única, pelo seu poder destrutivo. É preciso lembrar que nós, hoje, além dessas armas todas extraordinárias de que o Putin fala, ainda temos o problema das armas cibernéticas e das armas estacionadas no espaço. Portanto, a destruição que isso poderia causar seria difícil de imaginar. Seria, provavelmente, o fim da civilização humana. Eu não acredito que se chegue a isso.

Agora, é verdade, e é preciso lembrar, que nós estamos em 2018, centenário do final da Primeira Guerra Mundial. No dia 11 de novembro deste ano, vamos comemorar cem anos do armistício. Eu tive um tio que fazia parte da artilharia italiana e que foi ferido, quase morreu, justamente na véspera do armistício. Levou um obus na cabeça. Até o fim da vida ele tinha esse fragmento. Mas fomos muitos os que tivemos familiares... Só da minha família na Itália, eu perdi uns quatro ou cinco parentes na Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial foi uma destruição da qual até hoje a Europa não conseguiu se recuperar inteiramente. Hoje, no centenário dessa catástrofe, têm sido publicados livros que mostram com clareza que, no fundo, nenhum país queria a Primeira Guerra Mundial. Os países foram tropeçando, batendo cabeça, e acabaram mergulhando numa guerra que

ninguém escolheu friamente. Esse livro do Christopher Clark, *The Sleepwalkers - Os Sonâmbulos*, traduzido em português -, mostra bem isso, como também um livro que acho até superior ao dele, que é desse grande historiador britânico, mas de origem russa, o Dominic Lieven, que fez uma história de como a Rússia entrou na guerra, apesar de saber que seria o fim do império, que seria um desastre total.

Nós precisamos, então, lembrar que esse sistema que está se configurando, ao se afastar do sistema anterior de negociação, de busca de consenso, é o sistema que vigorava no mundo antes da Guerra de 1914. O sistema da rivalidade das grandes potências, o sistema do multipolarismo, foi o sistema que levou à Guerra de 1914, e levou a ela por erro de cálculo. E é contra esse sistema que nós temos de estar vacinados e de reagir.

As perspectivas, eu digo, infelizmente, não são boas. Elas não são boas, porque nós vemos que os grandes poderes do mundo, e acabei de dizer das decisões chinesa e russa... E os Estados Unidos, que tinham sido o guardião do sistema, que tinham defendido o sistema, pela primeira vez elegeram um presidente que é ativamente hostil ao internacionalismo. Ele é ativamente hostil, não passivamente; ele declara que é contra. Então, nessa obra de resistência, é difícil contar com uma política oficial americana, embora haja muita gente no governo americano que tenha a sabedoria e o bom senso de pensar de maneira diferente da do presidente.

Então, é esta a visão que eu gostaria de passar para vocês: não tenham ilusões. Este ano começa mal. Os auspícios não são bons. É preciso que a política exterior de países fiéis a um sistema baseado em regras se defenda contra esse retrocesso civilizatório.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) - Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Rubens Ricupero por essa brilhante conferência que acaba de fazer.

Eu diria que nós, a partir de agora, deveremos acrescentar ao título dos nossos painéis "Estender pontes ou erguer barreiras?" a expressão "descortinar horizontes", que foi o que V. Ex^a hoje fez aqui para todos nós, descortinou horizontes cuja importância e gravidade muitos de nós ainda não tínhamos percebido.

O tema "O sistema internacional sob o impacto Trump" se desdobrou, como todos nós assistimos, em função dessas duas últimas ações adotadas pelo governo chinês, pelo governo russo e também pelo governo americano. Desse modo, foi uma conferência que nos brindou a todos com muita isenção, com muito conhecimento e com a grande contundência de quem conhece profundamente o sistema internacional, viveu nesse sistema internacional ao longo de toda a sua existência e que, tendo uma vida acadêmica muito profícua, vem aqui hoje nos brindar com a beleza da sua palestra.

Eu gostaria de agradecer a participação dos nossos internautas, que, pelo que entendo, na exposição, na conferência feita por S. Ex^a o Sr. Embaixador Rubens Ricupero, já tiveram suas perguntas respondidas: João Antônio da Silva, de Pernambuco; Sérgio Luis Peixoto, de São Paulo; Adriano Silva, do Rio de Janeiro; Carlos Suzuki, de São Paulo; Rogerio Marino, de São Paulo; e Angela Busch de Oliveira Savoi, de São Paulo, que representam mais ou menos todas as outras considerações feitas pelos internautas que participaram desta nossa audiência pública no dia de hoje.

Agradeço a todos os Srs. Embaixadores aqui presentes.

Quero dizer a V. Ex^a, Embaixador Rubens Ricupero, que a sua conferência foi aquela que mais atraiu a atenção do Corpo Diplomático acreditado junto ao nosso País. E eu os citaria nominalmente, começando por S. Ex^a o Embaixador da Argentina, Sr. Carlos Magariños; S. Ex^a o Embaixador da França, Sr. Michel Miraillet; S. Ex^a o Embaixador da Espanha, Sr. Fernando Villalonga; S. Ex^a o Embaixador de Portugal, Sr. Jorge Tito Vasconcelos Nogueira Dias Cabral; S. Ex^a a Embaixadora da Nicarágua, Sr^a Lorena Martínez; S. Ex^a o Embaixador da Malásia, Sr. Lim Juay Jin; S. Ex^a o Embaixador do Japão, Sr. Akira Yamada; S. Ex^a o Embaixador de Luxemburgo, que agora, na semana passada, inaugurou aqui a sua sede, a sua Embaixada - meus cumprimentos a S. Ex^a e obrigado pela sua presença -, Sr. Carlo Krieger; S. Ex^a o Embaixador da Macedônia, Sr. Ivica Bocevski; S. Ex^a o Embaixador da Rússia, Sr. Sergey Akopov; S. Ex^a o Embaixador da Guiana, Sr. George Wilfred Talbot; S. Ex^a o Embaixador da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; S. Ex^a o Embaixador da Namíbia, Sr. Samuel Sheefeni Nuuyoma; S. Ex^a o Embaixador do Peru, Sr. Vicente Rojas Escalante; S. Ex^a o Embaixador da delegação da União Europeia no Brasil, Sr. João Gomes Cravinho - muito obrigado pela presença de V. Ex^a -; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil na Bulgária, Sr. Ricardo Guerra de Araújo; o Ministro Conselheiro da Embaixada do Irã, Sr. Morad Gholami; o Ministro da Embaixada da Tailândia, Sr. Sorasak Samonkraisorakit; o Conselheiro da Embaixada do Marrocos, Sr. Abbah Sidi Sidi; o Conselheiro da Embaixada do Peru, Sr. Carlos Alberto Rios; a Conselheira Política da Embaixada dos Estados Unidos, Sr^a Kristin Kane; a Primeira Secretária da Delegação da União Europeia no Brasil, Sr. Cécile Merle; a Primeira Secretária da Embaixada da Sérvia, Sr^a Jelena Blazevic; o Segundo Secretário da Embaixada da Suécia, Sr. Faraz Davani; o Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relacionamento Institucional da Aeronáutica, Sr.

Brigadeiro Mauricio Augusto Silveira de Medeiros; e a Adida Civil da Embaixada da Rússia, Sr^a Janna Chekova. A todos os senhores, mais uma vez, a Comissão de Relações Exteriores agradece a presença, sentindo-se esta Comissão muito honrada com a participação de todos.

E faço um agradecimento, mais uma vez, todo especial a S. Ex^a a Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Muito obrigado a V. Ex^a e aos Srs. Deputados que V. Ex^a hoje nesta noite aqui representa.

Está ali, bem atrás, S. Ex^a o Senador Elmano Férrer. Muito obrigado pela presença, Sr. Senador. Fazia tempo que eu não o via. Já estava com saudades de V. Ex^a. Muito obrigado pela presença.

Muito obrigado, portanto, a todos os que participaram deste nosso encontro e, mais uma vez, ao Sr. Embaixador Rubens Ricupero, que se esforçou para hoje estar aqui, ele que está com problemas para resolver no Rio de Janeiro. Enfim, fez o compromisso e aqui está. Eu agradeço mais uma vez pelo esforço que V. S^a fez para participar deste nosso encontro na noite de hoje.

Muito obrigado a todos os senhores.

Está encerrada a nossa reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 28 minutos.)